



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Classe social, raça/etnia e sexo.

Rede de Proteção à Mulher: rompendo com a violência, o silêncio e a invisibilidade

Josélia Barroso Queiroz Lima¹
Kíria Silva Orlandi²
Aline Faé Stocco³

Resumo: Apresentamos a experiência do projeto de extensão intitulado: **Rede de proteção a mulher: rompendo com a violência, o silêncio e a invisibilidade**. Em Psicologia Social e a Políticas Educacionais debatemos os desafios de construir outras sociabilidades, desestruturando o sistema patriarcal, escravista e colonizador que, silenciosamente, mantém a sociedade brasileira. Interferindo no cotidiano acadêmico e social, pela teoria, arte, informação e articulação da UFVJM, sociedade civil e Delegacia de Atendimento à Mulher, de Diamantina, enfrentamos a violência à mulher, as invisibilidades. Desde 2017 e em 2019, via extensão PIBEX/ UFVJM, ampliamos ações culturais. Sensibilizar mulheres e homens, mexer com o senso comum patriarcal, rural e os valores hierarquizantes; desnaturalizar comportamentos são nossos objetivos. Nos colocamos, pois no debate público para melhor fundamentar nosso fazer, nosso pensar como educadoras.

Palavras chave: rede de proteção, mulher, violência, enfrentamentos.

Women's Protection Network: Breaking with Violence, Silence and Invisibility.

Abstrat: We present the experience of the extension project entitled: Protection network for women: breaking with violence, silence and invisibility. In Social Psychology and Educational Policies, we discuss the challenges of building other sociability, disrupting the patriarchal, enslaving and colonizing system that silently maintains Brazilian society. Interfering in the academic and social daily life, through theory, art, information and articulation of the UFVJM, civil society and the Police Station for Women, in Diamantina, we face violence against women, invisibilities. Since 2017 and in 2019, via PIBEX / UFVJM extension, we have expanded cultural actions. Sensitize women and men, interfere with patriarchal, rural common sense and hierarchical values; denaturalizing behaviors are our goals. We put ourselves, therefore, in the public debate to better base our actions, our thinking as educators.

Keywords: Safety net; Women; Violence; Confrontations.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: joseliabqlima@gmail.com.

² Delegada da Delegacia de Atendimento à Mulher de Diamantina (DEAM, Diamantina (MG)). E-mail: kiriaorlandi@yahoo.com.br.

³ Professora Adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: alinefaestocco@gmail.com.

As referências que conduzem nosso trabalho:

*A cultura do Terror
A extorsão,
O insulto,
A ameaça,
O cascudo,
A bofetada,
A surra,
O acoite,
O quarto escuro,
A ducha gelada,
O jejum obrigatório,
A comida obrigatória,
A proibição de sair,
A proibição de se dizer o que se pensa,
A proibição de se fazer o que se sente,
A humilhação pública*

São alguns dos métodos de penitência e tortura tradicionais na vida da família. Para castigo à desobediência e exemplo de liberdade, a tradição familiar perpetua uma cultura do terror que humilha a mulher, ensina os filhos a mentir e contagia tudo com a peste do medo.

— Os direitos humanos deveriam começar em casa— comenta comigo, no Chile, André Domínguez. Galeano(2015)

O projeto de extensão multidisciplinar e interfaculdades¹ se vincula às temáticas do campo da Psicologia Social e das Políticas Educacionais e está relacionado às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. No âmbito dessas temáticas, temos discutido sobre os processos educativos formais e informais que edificam a sociedade brasileira, e que formam a base material, simbólica e cultural que configuram esta última como uma sociedade hierarquizada.

No percurso formativo dos estudantes essas discussões acabam trazendo a tona as relações sociais e os processos de socialização que se dão em diferentes espaços formativos - desde à família, aos grupos sociais, ao trabalho e à educação escolar. Tendo como marco histórico a Constituição Federal de 1988, a redemocratização do país e as políticas de reconhecimento (Habermas,1994), debatemos os desafios históricos que necessitamos enfrentar se, de fato, queremos construir uma sociedade democrática. Nesse contexto, temos colocado em análise os discursos religiosos, científicos e as narrativas cotidianas, pois elas reproduzem olhares estigmatizantes sobre o feminino, e discutimos como a divisão social do trabalho se funda no binarismo sexual.

Na discussão sobre a educação e cultura brasileira, a temática de gênero, patriarcado e formação social são temas constantes do percurso profissional da equipe executora, justificando assim, o porquê do projeto de extensão: ***Rede de Proteção a Mulher: Rompendo com a Violência, o Silêncio e a Invisibilidade***. Este tem a função e o caráter de ampliar o que vem sendo discutido em sala de aula e desenvolvido em pesquisasⁱⁱ. Via extensão, podemos possibilitar aos acadêmicos, que estão pesquisando as temáticas mencionadas e, ou, que compõem os grupos de pesquisa nos quais o fenômeno da violência vem sendo debatida, um espaço de aprendizagem, no qual a escuta, o envolvimento e o acolhimento da população de mulheres que rompem com a violência doméstica, através do acesso as políticas públicas de proteção, possam ser conhecidas, entendidas e investigadas. Portanto, este artigo apresenta o trabalho do projeto de extensão no objetivo de fortalecer a rede de proteção à mulher, por via da participação acadêmica e pela interlocução entre universidade e sociedade civil.

Cabe ressaltar que, em Novembro de 2017, se organizou, em Diamantina/MG, ações da Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, nos municípios do Alto Jequitinhonha. O projeto em análise nasceu para compor forças e garantir a inserção dos acadêmicos que investigam sobre as temáticas relacionadas à psicologia social e políticas educacionais em campos de atuação das políticas públicas, possibilitando que Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri possa cumprir sua função social, inserindo-se na rede de proteção.ⁱⁱⁱ

O que justifica e fundamenta o projeto em desenvolvimento...

A AUTORIDADE

Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam.

Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiam as peles de abrigo. Assim era a vida entre os índios Onas e os Yaganes, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las.

Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio.

Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas. Galeano (2015).

A hierarquização social como simbólico cultural tem seu fundamento, sobretudo, no sistema patriarcal que, secundarizando o lugar social da mulher, normatiza regras sociais que subordinam, oprimem e submetem a mulher ao poder masculino (Lemos, 2015). Não obstante, a hierarquização fica invisibilizada, pois a ideia da igualdade social, e da meritocracia são discursos que hegemônicos no senso comum, e na mídia, dificultam um olhar aguçado sobre as relações sociais que reproduzem e atualizam as hierarquias historicamente aprendidas.

A violência doméstica contra a mulher tem raízes históricas e culturais, pois se assentam em diferenças e diversas narrativas simbólicas, não obstante, considerando ser o Vale do Jequitinhonha fundamentalmente marcado pela ideologia religiosa, é necessário compreender como na relação mulher e agressor, os discursos ocupam a função de manter e ocultar relações de violência, que nem sempre são percebidas como tais. Nesse sentido, é importante ressaltar o discutido por Silva (2010), que estudando trajetórias de trabalhadoras rurais e o mundo do trabalho, analisa como neles as narrativas religiosas cumprem papéis ideológicos, no estudo mencionado, trabalhadoras rurais do Vale do Jequitinhonha foram ouvidas. Assim argumenta a autora:

O universo simbólico da religião judaico-cristã é um dos componentes da ideologia do poder patriarcal que domina as relações sociais nas quais se acham inseridas essas mulheres. Os relatos são evadidos da concepção do patriarcado em que a mulher ocupa o lugar do oprimido, portanto de objeto e não de sujeito. O sofrimento faz parte de suas representações e auto-representações. Na concepção religiosa, Deus possui o controle de todos os homens e da natureza e, para agradá-Lo, é preciso percorrer o árduo caminho da obediência e submissão. Em muitas ocasiões, o sofrimento, advindo da relação com os filhos e maridos, é parte constitutiva do destino de gênero. Mulheres que não abandonam os filhos, que suportam a violência e o alcoolismo dos maridos durante toda a vida, são muito frequentes. Raras são aquelas que logram romper com esse destino. Muitas carregam o complexo da culpa, como se tratasse de um pecado original. A estruturação dessas idéias se apóia na base material das relações patriarcais. O conceito de ideologia permite a interpretação da inversão necessária à dominação. Silva (2010, p4).

Silva (2010) expõe em seu trabalho como a metodologia de história de vida e a escuta do pesquisador são importantes para entender as lacunas do indizível, pois muitas trajetórias marcadas pela violência ocultam os conflitos de gênero, classe social e etnia. Interessa-nos seu trabalho por muitos elementos, a construção social do gênero, as narrativas discursivas e simbólicas que compõem as narrativas das mulheres, mas sobretudo, nos chama atenção a proposição de que, via a história oral e as entrevistas, as mulheres podem retomar as memórias sociais. Cientes que na condição de prestar

depoimentos, muitas mulheres ultrapassaram a fronteira da subordinação e da violência doméstica, faz-se necessário dar condições para que elas possam ser ouvidas, acolhidas e ajudadas a registrar suas histórias, rompendo os silêncios sociais que marcam sua condição de mulher. Nesse sentido, a questão que se coloca é como o atendimento especializado e a acolhida humanizada- via escuta, roda de conversas, acesso a informações e a inserção de mulheres na rede de proteção à mulher pode contribuir para dar voz aos silêncios que marcam a sociedade patriarcal.

Os objetivos que movem o trabalho...

- Fortalecer a rede de proteção à violência domestica/violência a mulheres.
- Compor a rede de proteção a mulheres no município de Diamantina, com a inserção docente, discente nos trabalhos que organizam a rede.
- Produzir dispositivos/aplicativos de acesso as informações dos dados da segurança publica, no que tange a rede de proteção de modo a dar celeridade e confiabilidade no acesso as informações aos agentes de segurança publica.
- Instrumentalizar os acadêmicos envolvidos no projeto a compor a rede de proteção.
- Divulgar os saberes produzidos junto às disciplinas, aos grupos de pesquisa e ao projeto de extensão a comunidade acadêmica e a população em geral.
- Fortalecer os trabalhos do Observatório Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri
- Criar folder/cartilha de divulgação dos direitos das mulheres/ Lei Maria da Pena
- Promover e participar de eventos que discutam gênero .

Quem desejamos atingir com o projeto...

Mulheres diamantinenses e da região inseridas ou não, na rede de proteção contra a violência doméstica. Grupos de mulheres atendidas pelo Sistema Unificado de Assistência Social/SUAS. Acadêmicos dos Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e do Sistema de Informações. Acadêmicos da UFVJM que participarem dos eventos promovidos pelo projeto de extensão. O projeto via arte, objetiva divulgar junto a crianças e adolescentes(em idade escolar) a temática relativa a construção social de gênero, problematizando as questões simbólicas que a atravessam.

No âmbito da UFVJM, o projeto visa atingir acadêmicas, mulheres, acadêmicos que participam da comunidade estudantil ou não da UFVJM. À medida que o trabalho se amplia, nas rodas de conversas, que temos desenvolvido mensalmente junto a UFVJM, desde 2018, temos percebido que há variação de estudantes que colocam em discussão a violência. O sistema patriarcal se funda na violência física e simbólica, e se há o silenciamento da mulher, há também o silenciamento do homem, numa construção de uma masculinidade tóxica que o sufoca. Entender como as regras sociais aprendidas, retroalimentam um simbólico opressor, necessário a manutenção do sistema econômico capitalista, tem provocado o debate e a reflexão sobre os valores sociais, os ritos naturalizados, invisibilizados que garantem a permanência da cultura do terror com a qual fomos educados.

No interior da UFVJM, mantemos o espaço de diálogo das rodas de conversas e através da instituição do *NOS- Núcleo de Orientação Socioeducativo contra a violência à mulher* abrimos um canal de comunicação com a comunidade acadêmica. O NOS representa um espaço de acolhimento, de recebimento de denúncias, de divulgação de informação para garantir as mulheres acesso aos direitos sociais e as políticas de proteção. Acadêmicas vinculados ao projeto de extensão são responsáveis por receber via email, fone e ou redes sociais informações e denúncias sobre violências dirigidas as mulheres- sobretudo, as universitárias.

Compreendemos que o espaço da universidade, sendo um espaço social, inserido numa sociedade historicamente desigual, reproduz também em seu interior relações de poder que subordinam e oprimem os sujeitos sociais. Abrir o canal de comunicação é uma forma de mapear e fomentar as expressões de possíveis violências silenciadas. O poder hierarquizante é parte da cultura universitária. Lima (2017).

Inserindo acadêmicos da UFVJM no trabalho cotidiano da delegacia das Mulheres, queremos mobilizar a escuta dos relatos de agressão e sobretudo, possibilitar o conhecimento de uma política pública de acolhimento e proteção a mulher, que se institucionaliza, sobretudo, através da Lei 11 340/2006- Lei Maria da Penha.

O acolhimento feito pela equipe da Delegacia de Mulheres está sendo acompanhado e os dados dos relatos sistematizados, visando levantar categorias de análises capazes de nos permitir o entendimento dos condicionantes que levam a manutenção e ou ruptura com as relações de violência. Uma acadêmica acompanha periodicamente a delegacia, no acompanhamento da política pública prestada, visando

conhecer e contribuir com o trabalho de acolhida, a medida que, fundamentada em leitura e orientações e conhecendo os relatos, pode contribuir com perguntas que possam fazer dar voz as mulheres.

Os dados estão sendo sistematizados, digitalizados e transformados em informações que possam ficar a disposição da rede de proteção a mulher. O projeto tem contado ainda com a contribuição, a criação e o acompanhamento dos acadêmicos do curso de Sistemas de Informação.

No ano de 2018, o Curso de Sistema de Informação desenvolveu um aplicativo para monitoramento das medidas protetivas, a composição da rede de proteção pode alimentar o aplicativo de dados. É importante ressaltar que desde 2006, com a edição da já citada Lei 11340, mulheres vitimas de violência recorrem às delegacias de polícia, não apenas com o objetivo de punir o agressor, mas também com o objetivo de requerer medidas de proteção. Estas são decisões judiciais que obrigam os agressores a não se aproximarem, tampouco manterem qualquer tipo de contato com as mulheres vitimas.

Para que a autoridade policial possa efetivamente fiscalizar o cumprimento dessas medidas de proteção é necessário criar um banco de dados que contenha informações sobre mulheres vitimas de violência, homens sujeitos às medidas protetivas e os limites das restrições a eles impostas.

Assim, visando operacionalizar o acesso as informações sobre as medidas protetivas, de modo inédito, instituiu-se o SISTEMA PENHA. O aplicativo PENHA foi publicizado e desde então, tem sido um instrumento de monitoramento de medidas protetivas, usado pelos profissionais de segurança pública, no município de Diamantina. Via o aplicativo, os agentes da segurança pública acessam dados no que tange as medidas protetivas, buscando informações para orientá-los, em caso de ocorrência, qualificando o atendimento emergencial das mulheres vitimas de violência. O acesso aos dados permite aos agentes públicos, no que tange aos agressores, verificar os limites das restrições a eles impostas.

A metodologia de acompanhamento das ações extensionistas se pauta em orientações semanais e ou quinzenais, nos grupos de estudos temáticos, articulando as leituras decorrentes da necessidade do dia-a-dia do serviço de proteção e dos grupos de estudos /pesquisa em andamento. As docentes responsáveis pelo projeto, junto com a bolsista reúnem-se com a equipe da Delegacia de Mulheres de modo a ouvir e colocar em discussão o andamento do próprio projeto com a equipe da segurança publica.

O projeto continua a produzir oficinas de discussão, nomeadas como Rodas de Conversa, ao longo do ano de 2019, no interior da UFVJM. Temos ainda viabilizado a promoção de eventos que mobilizem a divulgação da rede de proteção e da *Lei Maria da Penha* e a popularização dos saberes em torno dela. Decorrente disso, compomos os trabalhos do Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, a fim de organizar e participar de eventos ligados à temática de gênero/Evento Mulher; aulas públicas e, ou, atividades abertas ao público acadêmico e, ou, a população em geral, divulgando o acúmulo do trabalho e das pesquisas realizadas.

Em julho de 2019, participamos da II Encontro de Mulheres, realizado no FESTIVALE, festival de cultural e arte popular do Vale do Jequitinhonha, realizado em Belmonte, Bahia. No encontro, partindo do tema: ‘O feminino na arte da resistência’, colocamos em discussão as questões que envolvem as mulheres do Vale do Jequitinhonha^{iv}. A institucionalização dos espaços de diálogos com mulheres tem o caráter de romper com o silêncio e a naturalização da violência. No contexto do Vale, a miséria, as relações de subordinação, a ausência de trabalhos formais e de acesso às políticas públicas de enfrentamento, muitas vezes, impedem que haja a ruptura com o cotidiano da violência. Significadas como mulheres fortes, resistentes e corajosas, e ainda culturalmente nomeadas como “viúvas de maridos vivos”, muitas suportam a violência física e simbólica sem problematizá-las. No diálogo entre mulheres de diferentes classes sociais, com trajetórias e saberes distintos possibilita-se a multiplicação de informação. Com isto, podem as mulheres identificar em suas vivências as violências naturalizadas. Nos debates, algumas expressam as rupturas realizadas, e discutem sobre políticas públicas que lhes permitiram romper com os

ciclos de violência.



II Encontro Mulheres; Festivale, Belmonte, Bahia, Brasil. Arquivo próprio.2019

No mesmo contexto de participação pela arte, objetivando provocar o estranhamento da cultura patriarcal, rural, a equipe executora do projeto em companhia com o Laboratório de Montagem de Artes Cênicas da UFVJM, por via da assistência técnica e da formação teórica, dos conteúdos das disciplinas: Psicologia Social e ou Políticas Educacionais contribuiu com a produção da peça teatral Olhos D'água. A peça baseada no livro de igual nome de Conceição Evaristo colocou em discussão a violência doméstica. Ela foi um dos instrumentos de discussão junto à população do Araçuaí e Diamantina.

Algumas considerações sobre resultados já alcançados...

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum. Evaristo (2018)

O processo de ensino e aprendizagem à medida que discute e permite a compreensão da cultura patriarcal e que lança um olhar sobre o cotidiano social, tem produzido não apenas a reflexão crítica, mas também o descortinar de vivências e dores dos e das estudantes, que compreendendo e significando os contextos sociais,

econômicos e culturais nos quais foram socializados, entendem as relações construídas-sejam elas baseadas na violência ou não.

Percebendo como o cotidiano produz sociabilidades, podem se entender como sujeitos históricos- produtos, mas se percebem como sujeitos produtores da história. Nesse sentido, os enfrentamentos vão se revelando como uma necessidade. E temos percebido que via arte, via produção acadêmica, via inserção em projetos como o que temos desenvolvido se torna uma forma de interferir na realidade e de produzir outras narrativas. Entendem que a democratização social brasileira, necessariamente, implica o acesso aos direitos sociais e políticos historicamente negados ao povo brasileiro, mas, sobretudo, às mulheres.

Situam as políticas afirmativas e de reconhecimento como instrumento de transformação social, fruto de lutas históricas, e assim, entendem que a mobilização social e os enfrentamentos são necessários a edificação de outras e novas relações societárias.

A montagem da peça teatral Olhos D'água foi resultado do acúmulo de discussões desenvolvidas junto a UFVJM, a comunidade estudantil e a Delegacia de Atendimento a Mulher sobre a violência naturalizada dirigida à mulher. A peça colocou em análise os processos de resistência que marcam as trajetórias femininas. As apresentações junto a UFVJM e no V Festival Internacional de Teatro de Palco e Rua Araçuaí, MG, Brasil (FESTA), realizado de 20 a 26 de Janeiro de 2019 renderam 5 prêmios à peça teatral. Consideramos que o espetáculo é em si conseqüência dos trabalhos em processo, pois desde sua construção, à execução e, sobretudo, a participação das estudantes da UFVJM- que construindo outras trajetórias e narrativas frente às violências vividas- produzem novas formas de enfrentamento e mobilizam a ruptura do silêncio secular que reduz a mulher ao lugar de objeto e a reconduzem ao lugar de sujeitos sociais de direito.

Via narrativa artística, acadêmica, os silêncios são rompidos e as violências denunciadas, ecoando nas ações da rede de fortalecimento, as vozes de mulheres e homens que dizem NÃO! E assim, produzem **NOS** capazes de proteger outras formas de existências: insurgentes, democráticas, feministas!!!

Ressalta-se que, desde 2017, temos mantido participação de ações formativas junto a UFVJM e aos movimentos sociais. Composição de Rodas de Conversas envolvendo projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na UFVJM que discutem as

políticas públicas e os processos de empoderamento feminino e ou a promoção da equidade social e de gênero. A organização do Encontro Mulheres- seja no dia Internacional das Mulheres, seja no espaço do FESTIVALE^{vi}, articulação de diferentes e diversos eventos e ações promotoras de intervenções na realidade social dos Vales e de suas questões sociais, são estratégias de intervenções já realizadas.

Via o NOS, Núcleo de Orientação Socioeducacional, temos difundido material de informação junto a UFVJM e a comunidade, orientando sobre o que é e de que formas a violência à mulher se apresenta. O núcleo tem organizado um acervo virtual- de textos, filmes, curtas- como material educativo. Por outro lado, através das redes sociais e do facebook disponibilizamos informação e orientação da proteção à mulher.

Em junho de 2019, realizamos internamente um encontro com mulheres-servidoras contratadas/tercerizadas da UFVJM, de modo a divulgar e difundir material gráfico, que, publicizado nos banheiros coletivos da UFVJM, visam garantir que o trabalho do NOS seja conhecido junto a Universidade e a comunidade universitária. A presença e a participação das mulheres abriu possibilidade para que possamos manter encontros semestrais, de modo a dialogarmos sobre a violência à mulher e as múltiplas formas como ela se apresenta nos diversos e diferentes cotidianos sociais.

O material impresso sobre as formas de violências vividas por mulheres foi entregue a cada uma delas, que puderam levar para os espaços comunitários, nos quais quiseram afixar as informações recebidas. Em comum acordo com o grupo, estamos organizando o próximo encontro para setembro de 2019, onde discutiremos com as mulheres como promover os debates sobre o tema da violência a mulher nos bairros e comunidades diamantinense. Os dados de violência doméstica em Diamantina/MG/Brasil, revelam que há ocorrências de violência doméstica em todos os bairros que compõem a cidade, que mantém marcas societárias patriarcais, racistas e sexista e com alto índice de desigualdade social. O estudo de Ribeiro (2016) mapeia e ilustra como, não por acaso, a violência se relaciona as relações de opressão que se mantém nos diferentes e diversos extratos sociais. Inserir espaços de dialogo nos bairros implica lidar com a realidade ainda silenciada. Estamos ainda construindo parcerias possíveis com a rede de assistência e proteção social- SUAS, mas entendemos que a aproximação com as mulheres e a escuta delas de como fazer e construir os espaços de

diálogo será o fundamental para fortalecermos o projeto de extensão em curso. Pois como argumenta hooks (2019, p.48):

Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que ofereça educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais.



Material de divulgação sobre a violência a mulher; Reunião com as servidoras tercerizadas da UFVJM/ Junho de 2019, Diamantina, MG, Brasil. Acervo próprio.

Caminhando pro fim, remetemos à produção acadêmica de Tayrine Duarte Oliveira^{vii}, estudante, negra, do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, que sintetiza suas aprendizagens em Psicologia Social, ano de 2017, com a seguinte afirmativa:

Reafirmo sempre que possível: ser mulher é ser luta. Luta de classe, de gênero, de cor, de sangue, de sexo. Não se trata só de um salário mais baixo, ou de um tapa na cara nem mesmo de estupro. Se trata do desrespeito e violação da liberdade, causando temor e medo de ser quem é e ser taxada como sexo frágil, sendo alvo de todo e qualquer abuso. O sistema político é sexista, misógino e branco. Não existe capitalismo que abrace a mulher. (OLIVEIRA, 2017).

Notas

ⁱ O projeto de extensão está vinculado ao BHU/FIH e ao Sistemas de Informação/FACET. O texto aqui apresentando foi parcialmente publicado no III Colóquio Internacional Feminismo e Agricultura, III CIFA/2019, Recife; Brasil e no XX Congreso Nacional y X LantinoAmericano de Sociologia Juridica Setembro de 2019 Santa Rosa- La Pampa Argentina. Foi, ainda, apresentado no XXXII Congreso Internacional ALAS Peru 2019, em Dezembro de 2019.

ⁱⁱⁱ O projeto se fundamenta ainda na idéia de que é preciso fortalecer ações já existentes no âmbito da UFVJM, em dezembro de 2017, aproximamo-nos dos trabalhos do Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, projeto de extensão TO 012.2.024-2016. Este projeto, portanto, fortalece as ações do observatório, à medida que se vincula aos trabalhos que são desenvolvidos junto a Delegacia de Mulheres. Em 2018, de forma voluntaria, iniciamos o andamento do projeto e fizemos ações junto a Delegacia e ao Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales- na promoção de discussão dos 12 anos da Lei Maria da Penha. Desde Agosto de 2018, uma acadêmica acompanha as atividades da Delegacia Regional. A acadêmica Késia Cristina Nascimento, voluntariamente, compôs a equipe de trabalho, na análise e registro das atividades da DEAM- Delegacia de Mulheres de Diamantina. O projeto contou ainda com uma bolsista: Franciele Ferreira da Silva, responsável por instituir, nutrir e organizar as redes sociais, organizar e conduzir juntamente com as docentes responsáveis pelo projeto as rodas de conversas, e as ações vinculadas ao mesmo. Ambas as discentes, produziram trabalhos acadêmicos de conclusão de curso, defendidos em Janeiro de 2020, que registram e refletem os trabalhos até, então, desenvolvidos junto ao projeto.

^{iv} O Vale do Jequitinhonha, região que se situa no nordeste do estado de Minas Gerais, é a região mais vulnerável economicamente do estado. O Vale pela diversidade de povos e etnias que o habitam, abriga formas culturais de resistência e de subsistência, como as tradições de arte através do barro, bordados típicos e outros. Não obstante as tradições da arte, são perceptíveis claramente as vulnerabilidades sociais e econômicas da região do Vale do Jequitinhonha; ainda, os indicadores estatísticos demonstram que a violência doméstica e familiar contra a mulher nessa região é explícita e maior do que em outros locais do mesmo estado.

^v Nós- a rede de proteção são formadas por coletivos que, juntando forças e saberes, produzem os nós que garantem a resistência e a existência física e simbólica da rede.

^{vi} Conforme Lima(2018), o FESTIVALE objetiva divulgar, disseminar, promover e fomentar a cultura do e no Vale do Jequitinhonha. Nascido nos anos 1980, através de filhos do Vale que estudavam na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sediada em Belo Horizonte (MG), foi pensado e promovido, anualmente, no Vale como estratégia de luta política.

^{vii} Atualmente a acadêmica encontra-se vinculada a Universidade Federal da Bahia. O trecho transcrito compõem o artigo apresentado a Unidade Curricular Psicologia Social, como forma de sistematizar as aprendizagens durante o curso.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Evaristo **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ :Pallas Míni, 2018. 124 p.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arredatadoras. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

GALEANO, Eduardo. **Mulheres**. Porto Alegre: L&PM, 2015

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa/ Jürgen Habermas; tradução de Flavio R. Kothe. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LEMOS, Silse. O trabalho das mulheres da agricultura familiar à indústria capitalista contemporânea e a incidência dos mitos nas relações de gênero na sociedade patriarcal. **Revista de Políticas Públicas**, 2016. Disponível em:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5986>

LIMA, Josélia B. Q. O poder masculino na esfera da universidade pública. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), ano 27, n. 60, 2017.

LIMA, Josélia B. Q. et al. **Políticas e mulheres na construção de sujeitos de direito**. X Congresso ALASRU. Montevideo. 2018.

RIBEIRO, Celina Neves. **Violência Doméstica Contra a Mulher**: Caracterização do fenômeno a nível municipal. (Dissertação de Mestrado), UFVJM, 2016.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Mulheres Trabalhadoras Rurais: trajetórias e memórias**. RURIS, Volume 4. Setembro de 2010.